

## Por um contributo de Portugal para a paz na Palestina (Carta aberta ao governo)

GOLPE DE VISTA



A Associação Olho Vivo, ao longo dos seus 35 anos na defesa dos direitos humanos, tem manifestado solidariedade com o povo da Palestina, vítima de uma ocupação, iniciada há 75 anos com a expulsão de suas casas de mais de 750 mil dos habitantes autóctones, um processo de colonização que humilha e discrimina a população árabe maioritária, e uma segregação racista, contra resoluções da ONU.

Após 100 dias de bombardeamentos continuados da faixa de Gaza, que já provocaram mais de 24.000 mortes (10.000 são crianças), 60.000 feridos graves ou permanentes (mais de mil crianças mutiladas; algumas foram operadas sem anestesia), e 8.000 desaparecidos debaixo dos escombros, para além dos mais de 5 mil mortos em massacres anteriores a 7 de outubro, é mais do que tempo para uma ampla condenação do genocídio praticado por Israel.

É certo que o ataque do Hamas foi um ato criminoso, injustificável, que matou 1.200 israelitas, a maioria civis (859), ato que condenamos e que não confundimos com os legítimos direitos de resistência à opressão, reconhecido desde 1789 (Art. 2º da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão) e de autodeterminação dos povos (Carta das Nações Unidas), mas tal não legitima os crimes de guerra e contra a humanidade, por parte do exército israelita e as claras intenções genocidas manifestadas pela liderança política em Israel. O que o direito internacional não contempla é o tão invocado, mas absurdo, "direito de defesa" de um país ocupante, colonizador e opressor.

O bloqueio imposto por Israel desde 2007 transformou Gaza na maior "prisão a céu aberto" no mundo. O nível de precariedade em Gaza levou a que em 2015 um relatório das Nações Unidas declarasse que Gaza seria "inabitável" em 2020. Hoje, num contexto de

cercos total e ocupação militar, a ONU denuncia que Israel continua a negar o acesso à água, alimentos, energia e material médico, o que constitui atos de guerra contra a população civil, proibidos pela IV Convenção de Genebra.

A faixa de Gaza é um território de 365 km<sup>2</sup>, uma área menor do que a do concelho de Tondela, com uma população de 2,3 milhões de pessoas, das quais 1,7 milhões são refugiados - dois terços da população. Desde o dia 7 de outubro, 1,9 milhões de pessoas foram obrigadas a fugir das suas casas, cerca de 80% da população. Os bombardeamentos já tiraram a vida a 300 profissionais de saúde, a 80 jornalistas e a 152 funcionários da ONU.

A ONU alerta também para o número crescente de ataques contra a população palestina na Cisjordânia, provocados por soldados israelitas e milícias de colonos, que já assassinaram cerca de 300 pessoas, incluindo 70 crianças, a somar aos 200 palestinianos mortos desde o início de 2023, antes de 7 de outubro. Também a Amnistia Internacional, as organizações israelitas de defesa dos Direitos Humanos, B'Tselem e Ha-Moked, e o jornal israelita Haaretz, têm vindo a denunciar, desde há décadas, milhares de "detenções administrativas" (dos 8.000 palestinianos presos, 3.300 não têm qualquer acusação), incluindo menores de idade, com recorrentes torturas e até mortes de prisioneiros.

O sentimento de culpa de alguns países europeus pela perseguição histórica ao povo judeu não serve de atenuante para a condescendência com os contínuos massacres de palestinianos, os crimes de guerra e o colonialismo racista do Estado de Israel e o seu genocídio em curso.

Portugal, como qualquer Estado, tem a obrigação de prevenir e actuar perante um acto de genocídio e contribuir para uma solução política (a única possível e desejável, como demonstram todas as guerras coloniais e de libertação nacional) que conduza à paz no Médio Oriente, pelo que apelamos ao Governo, "em gestão" mas na plena competência de atos urgentes, dada a catástrofe



Com Salah El-Qatta, secretário da Embaixada Palestiniana, na concentração de solidariedade com a Palestina

humanitária em causa para:

1. Tomar uma posição consequente com o Direito Internacional e a Carta das Nações Unidas, apoiando a queixa contra Israel, apresentada pela África do Sul no Tribunal Internacional de Justiça, como já fez o Brasil e outros países, pelos atos que, de acordo com o Art. 2º da Convenção para a Prevenção e Punição do Crime de Genocídio e o Estatuto de Roma do TPI, configuram o crime de genocídio;

2. Exigir um cessar-fogo imediato e duradouro e a libertação de todos os reféns feitos pelo Hamas, bem como dos muitos milhares de presos políticos palestinianos;

3. Reconhecer o Estado da Palestina, já reconhecido por 138 dos 193 Estados membros da ONU e por 9 países da UE (o governo de Espanha já se comprometeu a fazê-lo), respeitando as fronteiras definidas pela ONU, anteriores a "Guerra dos Seis Dias", de 1967, com o desmantelamento dos colonatos nos territórios ocupados e o retorno dos refugiados.

Este será um passo urgente para abrir a porta a uma solução política que passe pela constituição de dois Estados, apontada pela ONU desde a Resolução 181, de 1947, que Israel tem inviabilizado com a expansão

ilegal dos colonatos, criando um território descontinuo, recortado por inúmeros cantões, com um muro que serpenteia os colonatos (o Tribunal Internacional de Justiça já exigiu o seu desmantelamento), estradas onde só passam israelitas e sem acesso à água (Israel controla 85% da água nos territórios ocupados).

A única alternativa à solução dos dois Estados não é a continuação do conflito, mas um só Estado binacional laico e democrático que muitos palestinianos e israelitas defendem. De qualquer modo, terão de ser os palestinianos a decidir a forma de se autodeterminarem, como é seu direito. À comunidade internacional, em particular à União Europeia e a Portugal, cabe o dever de deixar de temporizar com a ocupação e a agressão, exigir o fim imediato do genocídio e contribuir para uma paz duradoura no Médio Oriente.

Atenciosamente,

**Flora Silva, presidente da Direcção da Olho Vivo - Associação de Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos.**

**Carlos Vieira, vice-presidente da Direcção e coordenador do Núcleo de Viseu**

**(Secção da responsabilidade do Núcleo de Viseu de "OLHO VIVO - Associação para a Defesa do Património Ambiente e Direitos Humanos")**

Nota: Críticas e sugestões para a Associação OLHO VIVO, telefone: 912522690 - olhovivo.viseu@gmail.com olhovivoviseu.blogspot.com

## E depois do Adeus



Por: Luís Mouga Lopes

A chegada a Portugal de centenas de milhares de colonos residentes no ultramar, devido às descolonizações daqueles territórios pilhados, foi uma das realidades que mais contribuiu para o estado em que se encontra atualmente o nosso País, nomeadamente a nível arquitetónico. Cultural, político e económico. Quando, há 50 anos, de um dia para o outro, mais de 500.000 colonos portugueses começaram a abandonar África, Portugal - país já miserável devido às políticas fascistas do Estado Novo, de um regime ditatorial, autocrata e corporativista - tornou-se ainda mais pequeno para tanta família desamparada; para tanta gente sofrida. Certa população que, ainda hoje, mantém uma distância temporal àqueles tempos de fartura; àqueles momentos que estão relacionados com as primeiras incursões dos portugueses no século XV, em que os impérios ter-se-iam desmoronado se

tivessem consistido apenas na imposição brutal. Apesar dos retornados não se constituírem como uma força de reivindicação, rapidamente se integraram na sociedade portuguesa (desenrascaram-se), dispersando-se pelo território. Por parte do Estado, receberam alguns subsídios (IARN) e parcos programas de apoio e emprego, fazendo com que o Estado Social de Abril, então criado, se tornasse num Estado de urgente providência; do grande travão do desemprego e da marginalização social de tais famílias de pele branca e de parca memória...! A vergonha de terem perdido tudo e mais alguma coisa, nomeadamente os privilégios que tinham como colonos, faz com que esta realidade ainda seja um assunto tabu, tendo em conta os "padrões morais" deste país religioso, hipócrita. Contudo, não é raro ouvir certos retornados a dizer mal do Estado português ou a lembrar a "vida paradisíaca" que se vivia em África; apesar de tal união dinástica apresentar formas desarmónicas e incoerentes. Apesar de tudo, ainda há quem diga que lá se tratava bem os pretos... Desde esses tempos que Portugal assiste a vagas migratórias oriundas de África, do Brasil, da Europa do Leste e da Ásia longínqua, sendo as pessoas negras as maiores vítimas do racismo em Portugal. A data, a população estrangeira a viver em Portugal ronda os 7% da população residente (em 1998, rondava os 2%); sendo cerca de 724 mil Pessoas a contribuir para a evolução

do País. Gente dominada pelo discurso da distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na "raça", cor, ascendência ou origem nacional ou étnica, que tem como objetivo invalidar ou prejudicar o reconhecimento, em condições de igualdade, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos domínios político, económico, social e cultural ou em qualquer outro domínio da vida pública. O racismo em Portugal existe, ouvindo-se nos discursos de ódio de grupos de pessoas e de alguns partidos políticos que têm vindo a patrocinar a divulgação pública de tais pensamentos e de tais discursos. Regressar a Portugal, país estrangeiro, depois de uma viagem de bolsos vazios, deve ter sido uma experiência muito dura e penosa para tais famílias que, de uma forma ou outra, se sentiam cabo-verdianas, angolanas ou moçambicanas... se sentiram ostracizadas pelos nativos, também estes, vítimas da ignorância e do medo; de uma sociedade fechada tacanha que se tentava libertar do salazarismo. A integração dos retornados e de alguns africanos, que também vieram para Portugal, devido ao agravamento da situação política e socioeconómica em África, já sabemos, foi um processo difícil, pois havia dificuldade em arranjar habitação e emprego. Porém, depois do adeus, houve quem, com a independência, tenha perdido tudo... Houve quem, com a oportunidade, tenha ganhado tudo e mais alguma coisa.

## O futuro é novo: Valorizar as competições locais e nacionais

importância das competições domésticas está a diminuir.

Os clubes vão ter de repensar o seu posicionamento. Terão de optar entre serem "apenas" laboratórios para formar atletas ou então polos dinamizadores de atividade social na sua aldeia, vila ou cidade através do futebol.

Portugal é um país estranho e com uma Liga profissional condicionada por três clubes. Não existe respeito pelo adepto que vai ao estádio com os horários em que se realizam os jogos. Quem gosta de futebol está a abdicar do estádio em detrimento da televisão. Os estádios têm poucos adeptos porque é impossível a um Farense deslocar-se a Chaves a uma segunda-feira à noite! O próprio flaviense tem de se superar para, com o gelo transmontano, ir a uma noite de semana para o estádio!

A convicção que fica é de que, cada vez mais, estas decisões são tomadas em escritórios e não no país real. Que haja clubes sem dinheiro para pagar ordenados, em ligas profissionais, não parece ser um problema para quem gere a atividade. Já é uma tradição que herdámos do século passado. A verdade desportiva está em causa.

Só a ética no desporto de formação pode resolver estes problemas com uma formação integral dos desportistas. Podem não vir a ser jogadores de futebol, mas serão certamente melhores dirigentes, jornalistas, treinadores e, acima de tudo, serão melhores adeptos.

A ética desportiva diz-nos como se devem comportar todos aqueles que estão envolvidos na prática desportiva. A ética

desportiva ajuda a prevenir a violência, a corrupção, a dopagem, o racismo, a discriminação e a xenofobia. Também promove a saúde física, o desenvolvimento das competências pessoais, interpessoais, sociais e cívicas, o respeito pelos outros e nós próprios, o respeito pelas regras e pelo bem coletivo, o respeito pela diversidade e a vontade de sermos bons anfitriões. A tudo isto temos de associar a modernidade, a economia local e o contacto social.

As confederações americana e africana precisam de palcos mediáticos e os clubes europeus ambicionam dinheiro. O Mundial de clubes serve estas causas em simultâneo. A Superliga serve os magnatas dos clubes. O futuro do futebol está a ser moldado por forças económicas e, à medida que enfrentamos essas mudanças, é crucial equilibrar os interesses comerciais com a preservação da verdadeira essência do desporto, mantendo-o enraizado nas comunidades que o tornam tão especial. Estas duas vertentes são complementares, mas as competições internas estão em desvantagem e os clubes vão ter de se reinventar e unir.

Para a imprensa local, uma parceria com os clubes de futebol dos campeonatos distritais pode ser uma excelente oportunidade para ambas as partes. O jornalismo desportivo nacional já não atrai leitores e os mais jovens nem querem saber. Se eles e os seus clubes passarem a ser a notícia, o cenário altera-se. Urge valorizar as competições locais.

A refletir.



Por: Vítor Santos